

# GESTÃO DO ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL

Mateus Campos Silva<sup>1</sup>

Walter Budacs Junior<sup>2</sup>

## RESUMO

Com o aumento e conseqüente desenvolvimento das práticas esportivas para pessoas com deficiência (PcD), o paradesporto brasileiro vem aumentando a cada ciclo paralímpico seu número de paratletas e como resultado as suas conquistas. Diante disto este artigo buscou analisar as condições de investimentos para a prática esportiva de PcD em alto rendimento no Brasil, analisando questões salariais, patrocinadores, gestores e treinadores. Tendo em vista os indícios existentes, este estudo, baseado em pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, mediante entrevistas de campo com paratletas de diversos esportes, pode-se trazer ao fim do estudo que não há uma gestão organizada do esporte paralímpico brasileiro.

**Palavras chave:** Gestão do Esporte Paralímpico, Esporte Paralímpico, Paradesporto Brasileiro e Paratletas.

## ABSTRACT

With the increase and consequent development of sports practices for people with disabilities (PwD), the Brazilian Parasport has been increasing its number of athletes in each Paralympic cycle and, as a result, its achievements. In view of this, this article sought to analyze the investment conditions for high performance PwD sports in Brazil,

---

<sup>1</sup> Graduado em Administração de Empresas. Comprador no Serviço Social do Comércio (SESC – Pompéia).

<sup>2</sup> Doutorando em Administração; Mestre em Governança Corporativa. Especialista em Marketing, Gestão Empresarial e Finanças. Graduado em Administração de Empresas. Palestrante. Docente no ensino superior e atuação mercadológica na área financeira, econômica, gestão de pessoas e de consultoria empresarial.

analyzing salary issues, sponsors, managers and coaches. In view of the existing evidence, this study, based on bibliographical, documentary and field research, through field interviews with athletes from different sports, can bring to the end of the study that there is no organized management of Brazilian Paralympic sport.

**Key words:** Paralympic Sport Management, Paralympic Sport, Brazilian Paraspport and Parathletes.

## 1. INTRODUÇÃO

Compreender a importância e incluir os indivíduos no meio social é papel de qualquer governo; entender a relevância e se sensibilizar por inserir cerca de 6,7% da população brasileira, que possui algum tipo de deficiência de acordo com o IBGE (2010), no seio da sociedade é provocador, contudo, é mais desafiador garantir que essas pessoas possam ser introduzidas no esporte.

Os Jogos Paralímpicos se correlacionam com a 2ª Guerra Mundial, de 1939 a 1945, que deixou milhares de pessoas mortas e com deficiências causadas. A introdução desse esporte para deficientes ocorreu na Grã-Bretanha, por iniciativa do Dr. Ludwig Guttmann, que havia aberto um centro de lesões de medula espinhal no Hospital Stoke Mandeville. No início, a prática do esporte era recreativa, mais à frente tornou-se competitivo com a formação do Comitê Paralímpico Internacional (CPI). Em 29 de julho de 1948, na mesma Vila de Mandeville ocorreram os primeiros jogos, somente com paratletas em cadeira de rodas, edição denominada de Stoke Mandeville Games.

Em 1960, em Roma, Itália, os jogos com pessoas deficientes passaram a se chamar Jogos Paralímpicos, e, a partir desse ano, a competição ocorre a cada 4 anos Comitê Paralímpico Internacional (2019).

O esporte paralímpico brasileiro teve início em 1959, com a fundação do Clube do Otimismo (CO) do Rio de Janeiro e do Clube dos Paraplégicos de São Paulo (CPSP), que realizaram o primeiro jogo de basquete em cadeira de rodas Gutierrez & Marques (2014, p.159).

No Brasil, o negócio do esporte é uma indústria em pleno desenvolvimento, um negócio dotado de um grande mercado e de um elevado potencial de venda e comercialização Lima e Melo Neto (2013). Nesse cenário promissor, compreender

como são feitos os investimentos na área do esporte paralímpico é instigante, haja vista o notável desempenho dos paratletas brasileiros nas competições mundiais, conforme denunciam as manchetes dos jornais, dentre eles o El País, 2019: Brasil volta de Lima com a melhor campanha da história dos Jogos Parapan-Americanos: os brasileiros terminaram em primeiro lugar no quadro de medalhas do Parapan do Peru com 124 ouros e 308 medalhas no total, melhor marca de todos os tempos na competição El País (2019).

A manutenção de resultados de alto rendimento é fator chave para obtenção de recursos financeiros, públicos ou privados, e, aumentando a captação dos recursos, a tendência para a profissionalização, no esporte paraolímpico, se torna mais real de acordo com Gaya et al. (2016, p. 3001).

Tendo como ponto de interesse a aplicação de recursos no esporte paralímpico, este estudo, baseado em relatos de paratletas de modalidades distintas e de diferentes estados da federação, se propõe a responder à questão: como o esporte paralímpico brasileiro está sendo gerido? A hipótese é que não há uma gestão organizada do esporte paralímpico brasileiro. Essa pressuposição se baseia no fato de que as Paralimpíadas Rio 2016, de 2012 a 2016, 90,6% da delegação brasileira era contemplada pelo Bolsa Atleta, o valor desta bolsa variando entre cinco mil a quinze mil reais, sendo que deste montante 96% não tinha outra fonte de apoio de acordo com Picciani (2017, como citado em Medeiros 2017). Se houvesse uma gestão organizada, além dos patrocínios, contribuindo financeiramente com os paratletas, haveria uma relação mais estreita entre o esporte e a mídia, colaborando para a divulgação e o surgimento de novos talentos Gutierrez, Almeida, Menezes e Marques (2013).

Para Reis (2014), há três modos de administrar o esporte paralímpico brasileiro: 1) confederação de determinado esporte olímpico administrando o paralímpico; 2) confederação exclusiva para uma única modalidade paralímpica; 3) confederação de uma deficiência específica tomando conta de vários esportes.

Para verificação da hipótese, o objetivo geral que norteia esta investigação é identificar como o esporte paralímpico está sendo gerido atualmente no país. Especificamente são objetivos deste trabalho: (I) verificar a disponibilidade, qualidade e quantidade de infraestrutura colocada à disposição dos atletas; (II) verificar se há o pagamento de salário, bolsa ou ajuda de custo para suprir as necessidades pessoais dos atletas; (III) verificar a presença de gestor esportivo e treinador técnico; (IV)

verificar a existência de patrocinadores ou outras formas para captação de recursos financeiros; (V) verificar a disponibilidade de meios de comunicação e divulgação do esporte paralímpico.

Este artigo está estruturado em sete seções, sendo esta primeira a Introdução. Na segunda seção, será apresentada a Fundamentação Teórica. Na terceira, será descrita a Metodologia. Na quarta, estarão os Resultados e Discussão. Na quinta seção, serão feitas as Considerações Finais. Na sexta os Agradecimentos e, por fim, na sétima seção estão as referências utilizadas na pesquisa.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia consistiu na realização de leituras de artigos, livros e sites sobre o esporte paralímpico, e entrevistas de campo, realizadas no segundo semestre de 2019, com paratletas profissionais e amadores, a fim de identificar a importância que a gestão tem para o direcionamento da formação de paratletas em condições de disputarem competições e obter resultados significativos.

A pesquisa de campo foi feita com 2 paratletas do basquete em cadeira de rodas, 2 do parabadminton e 3 do vôlei sentado, totalizando 7 paratletas, distribuídos entre 4 do sexo masculino e 3 do sexo feminino.

Os atletas selecionados para entrevista são de diferentes estratos sociais, sexo, raça, nível de instrução e provenientes de diferentes regiões do país, de modo a representar a heterogeneidade do povo brasileiro.

As entrevistas realizadas no CPB e no Ginásio Professor José Liberatti, possibilitaram estabelecer um quadro do que vem sendo feito efetivamente no esporte paralímpico a respeito de sua gestão.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, não havendo um número de perguntas definidas, pois cada paratleta podia explanar seus comentários, como um relato de vida. Porém, havia perguntas norteadoras para o início da conversa, tais como: a modalidade praticada; a estrutura do local de treinamento; o suporte oferecido; os profissionais envolvidos no desenvolvimento da modalidade dentro do time; a visão do paratleta sobre a gestão; o motivo pela falta de visibilidade no esporte paralímpico, e o que esperam do futuro do esporte paralímpico brasileiro.

### 3. ARGUMENTAÇÃO TEÓRICA

O Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) se propõe a ser uma referência mundial na gestão e desenvolvimento do esporte paralímpico, promovendo a inclusão de pessoas com deficiência (PcD) em todas as suas dimensões. Além disso, a missão desse comitê é promover o esporte paralímpico, desde a iniciação até ao alto rendimento e sua inclusão na sociedade Comitê Paralímpico Brasileiro (2019). A questão é como a instituição se posiciona de modo a promover as ações a que se propõe, para que o esporte paralímpico possa estar próximo do cidadão.

No movimento de se ter uma organização eficiente e com participação benéfica na gestão dos recursos esportivos, Bateman e Snell (1996, como citado em Rocha & Bastos 2011, p.94), definem a gestão do esporte como o processo que trabalha com pessoas e recursos materiais para realizar objetivos de organizações esportivas de maneira eficaz, permitindo o melhor desenvolvimento dos envolvidos. Para que isso ocorra, de acordo com Penafort (2001, como citado em Gutierrez & Marques, 2014, p. 114), é necessário incentivo e criação de mais oportunidades desde a base no esporte paralímpico, observando que o esporte de alto rendimento é restrito a poucos atletas. Para Mello (2011, como citado em Gutierrez & Marques, 2014, p. 168), o CPB mudou o foco do esporte adaptado brasileiro: de pautado pela participação e passou a perseguir a competição e a excelência em resultados, possibilitando a sua evolução nacional nos últimos anos.

As fontes bibliográficas disponíveis não fornecem com clareza o cenário de como vêm sendo conduzidas, no Brasil, as atividades de gestão do esporte, como vivem e qual a estrutura administrativa disponível para os paratletas no Brasil. No entanto, suas performances podem ser obtidas por meio dos seus rendimentos nos últimos seis ciclos paralímpicos. Para isso, na sequência, há os gráficos que demonstram a evolução do esporte paralímpico brasileiro nas últimas seis Paralimpíadas.

O gráfico a seguir representa a evolução do Brasil nas últimas seis Paralimpíadas em que participou, mostrando, em cada ano, o número de medalhas de ouro, prata e bronze respectivamente.

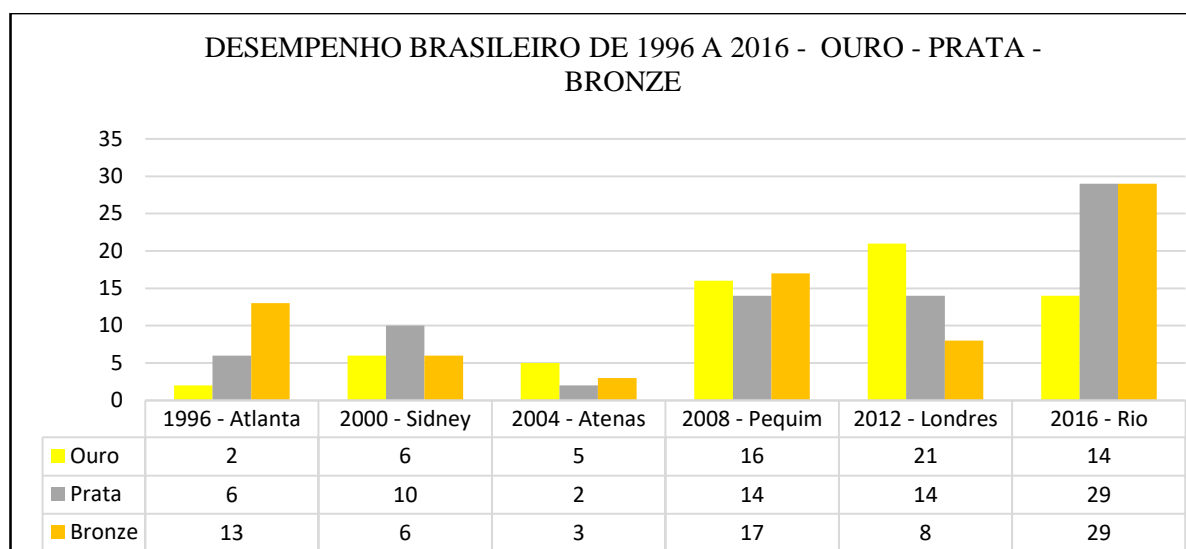


Gráfico 1 – Gráfico de desempenho brasileiro de 1996 a 2016 – ouro – prata – bronze.

Pode-se definir que o Brasil teve uma grande evolução no decorrer das últimas 6 Paralímpiadas em vista do crescente número de conquistas representado no gráfico, sendo respectivamente 21 medalhas em Atlanta, 22 Sidney, 10 Atenas, 47 Pequim, 43 Londres e 72 no Rio de Janeiro.

Já a posição em cada uma das edições mostra também a ascensão brasileira nas Paralímpiadas, em Atlanta 37°, Sidney 24°, Atenas 16°, Pequim 9°, Londres 7° e Rio de Janeiro 8°.

A análise do gráfico mostra uma grande evolução no número de medalhas no período de 2004-2008, havendo um crescimento considerável de 4 vezes. Esse desempenho pode ser um reflexo do período em que o Brasil se candidatou para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. GloboEsporte.com (2017), pois a corrida para ser sede dos eventos contou com a concorrência de cidades como Baku (Azerbaijão) e Praga (República Tcheca), eliminadas no primeiro corte com notas menores que seis (6). As notas das candidatas foram: Doha (Catar) 7,1; Madri (Espanha) 7,9; Chicago (Estados Unidos) 8,2; Tóquio (Japão) 9,0, e Rio de Janeiro (Brasil) 6,4. Ainda que o Brasil tivesse obtido a menor nota, foi a escolhida porque a economia brasileira estava aquecida e havia estrutura de suporte e amparo para a realização dos jogos em 2016. Os requisitos de segurança, transporte, rede hoteleira e apoio do governo e da população foram pontos decisivos para a realização dos jogos no Rio de Janeiro, eventos que se tornaram um legado para a nação. GloboEsporte.com (2017).

É importante lembrar dois pontos: 1) em 2010, houve eleição para presidente, o que pode ter motivado a injeção de investimentos nos esportes, e 2) o Brasil, como país sede, ganhou o direito de ter atletas e paratletas em todas as modalidades, mesmo que em algumas, os atletas e paratletas não tivessem índice olímpico e paralímpico para disputa.

O gráfico a seguir mostra os investimentos realizados por meio da lei de incentivo no site Rede do Esporte (<http://rededoesporte.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-de-incentivo-ao-esporte>). Houve um aumento de 61% a 62% nos anos de 2007 para 2008, e no decorrer do período que culminou com as Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016, foi grande o investimento, como indicado no gráfico a seguir:

#### Evolução do valor captado

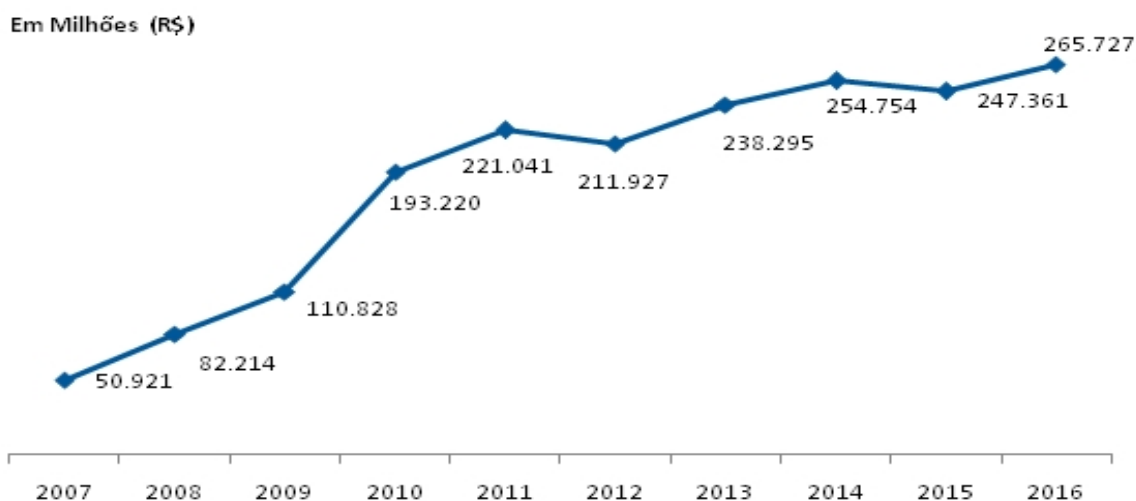


Gráfico 2 – Evolução do valor captado em milhões (R\$).

A lei 11.438 (2006) de incentivo ao esporte, sancionada em 29 de dezembro de 2006, permite que pessoas físicas e jurídicas possam investir no esporte Olímpico ou Paralímpico, podendo assim utilizar um percentual a ser descontado do valor devido no imposto de renda. O artigo 2º dessa lei menciona que ao menos uma de três manifestações deverão ser atendidas com os recursos, podendo ser para o desporto educacional, desporto de participação ou desporto de rendimento.

Para atingir o objetivo deste estudo que é identificar como o esporte paralímpico está sendo gerido atualmente no país, este estudo apresentou no quadro teórico informações sobre o desempenho brasileiro em competições e os investimentos realizados. Na seção resultados e discussão serão expostos os resultados das entrevistas realizadas com paratletas, com o intuito de entender como está sendo feito o processo de gestão do esporte.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os diálogos com três paratletas do time de vôlei sentado da cidade de Osasco, revelou a falta de incentivo e ajuda para as pessoas que ali treinam. Os recursos que dispõem são duas bolas de vôlei muito usadas e uma rede hasteada em um espaço confinado dentro do ginásio Professor José Liberatti. Se observa-se uma grande discrepância do investimento realizado se comparado com o time feminino de vôlei “convencional” do Osasco Audax, reconhecido mundialmente, que desfruta de todos os recursos e aparatos financeiros e administrativos.

O primeiro ponto destacado no time Osasquense é a falta de um gestor, papel desempenhado por dois líderes do time, que tentam suprir a demanda buscando recursos, o que os impede de se dedicarem ao esporte, dificultando a evolução da equipe. Nenhum dos paratletas recebe salário ou ajuda de custo, gerando a necessidade de exercerem atividades profissionais durante o dia, para manterem seu sustento e o de seus familiares.

A equipe não conta com profissionais especializados do esporte para melhor extrair o potencial de cada um, somente contam com a ajuda de uma treinadora voluntária, integrada ao time há pouco tempo. Dos três anos de existência da equipe, dois foram os próprios paratletas que elaboraram seus treinamentos.

Nos encontros, os paratletas relataram a falta de incentivo das empresas e da prefeitura da cidade de Osasco, que disponibiliza apenas uma sala para os treinos. Ainda assim, com recursos escassos, o time Osasquense conquistou um 3º lugar no campeonato nacional série prata.

A Constituição (1988), em seu artigo 217, prescreve que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um. Em seu capítulo II, é estabelecido que haja recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento. Nenhum desses dispositivos legais é cumprido para os paratletas do vôlei sentado.

Outro ponto mencionado pelos paratletas é a falta de exposição do esporte adaptado na mídia, não despertando atenção das empresas privadas. Os paratletas poderiam estampar as marcas das empresas em seus uniformes, atraindo a entrada de recursos. Nesse ponto, vale salientar que um dos objetivos do CPB é aumentar a visibilidade do Movimento Paralímpico no Brasil, facilitando a divulgação e a comercialização, para a conquista e fidelização de clientes CPB (2009a, como citado



em Gutierrez & Marques, 2014, p. 167). No entanto, as ações do CPB são vistas como recursos disponíveis para a evolução dos paratletas consagrados. Tais recursos não são disponibilizados para os times, confederações e paratletas, provocando um desnível entre os paratletas que já inseridos no CPB e aqueles que buscam uma oportunidade.

Para expor a falta de visibilidade, vale lembrar a transmissão da cobertura das últimas Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016, em canal aberto e até mesmo no SporTV, canal de TV fechado, que detinha 16 canais no período, enquanto que os Jogos Paralímpicos contaram com pequenos espaços na mesma emissora televisiva. Na última edição dos jogos em 2016, a Globo, detentora dos direitos de transmissão dos Jogos Paralímpicos, cedeu o sinal para a TV Brasil, emissora estatal, que transmitiu desde a cerimônia de abertura até o encerramento da competição Pereira (2015). Contudo, a TV Brasil é uma emissora pouco conhecida da população, o que inviabilizou que possíveis empresas anunciassem seus produtos com mais ênfase. No CPB, as entrevistas foram realizadas no decorrer de uma das partidas do campeonato de basquete em cadeira de rodas feminino. As entrevistas foram feitas com duas paratletas de um dos times sediado em Belém do Pará, uma das entrevistadas, que é constantemente convocada para a seleção paralímpica brasileira, mencionou que mesmo obtendo resultados e conquistas expressivas, os paratletas não são tão lembrados e valorizados quanto o olímpico, o que afasta de forma natural os patrocinadores.

A boa notícia, segundo uma das duas paratletas, foi a independência financeira que adquiriram devido ao esporte, podendo até mesmo visitar países para participarem de competições. Outro ponto positivo mencionado é que o time dessas paratletas possui patrocinador/investidor, um banco da região em que residem, o que contribui com as despesas de viagem e hospedagem. Todavia, o esporte praticado, o basquete, requer muito investimento, uma vez que as cadeiras de rodas devem ser adaptadas para a modalidade. As entrevistadas também mencionaram a falta de visibilidade do esporte paralímpico na mídia.

Assim como o vôlei sentado de Osasco, as paratletas do time de basquete em cadeira de rodas paraense mencionam que possuem um espaço cedido. O local pertence à equipe de futebol do Clube do Remo do Pará, que disponibiliza o seu ginásio para os treinamentos. Não é um espaço exclusivo da equipe de cadeiras de rodas, o que gera um sentimento de insegurança, pois o clube pode requerer o espaço

e acabar com o projeto a qualquer momento. Além disso, a grande questão em foco é a administração do time, que se concentra inteiramente com o técnico, que acaba fazendo um pouco de tudo, como: busca de patrocínio; participação em competições, e busca de jogadoras e dentre outras questões. Tais funções deveriam ser de outros profissionais, mais competentes para realizar cada uma das atividades, conforme os preceitos da Administração.

A falta de investimento, de acordo com uma das paratletas, faz com que a população não tome conhecimento dos eventos que estão ocorrendo com as modalidades paralímpicas. Na partida do campeonato nacional, por exemplo, não havia público ou mídia para cobrir a competição, na arquibancada havia somente paratletas e comissões das equipes envolvidas.

A falta de visibilidade e oportunidades dificultam a renovação das paratletas nas mais diversas modalidades, apenas o CPB trabalha nessa frente.

Nos dois times entrevistados é evidenciada a falta de pessoas para administrarem as equipes, que contam com técnicos voluntários, com pouco tempo disponível, pois precisam trabalhar em outros locais. Sem essa ajuda voluntária, muitas PcD estariam desamparadas não só pelo esporte, mas do convívio social.

A captação de recursos é a grande questão, pois se os times não estão expostos na mídia, devem, de alguma forma, aparecer para os investidores. Nesse momento, as equipes e os paratletas de esportes individuais devem mostrar uma espécie de currículo ou portfólio do time, algo que permita que os investidores conheçam a modalidade e o paratleta. Essa é mais uma razão para que tanto paratletas individuais quanto equipes tenham um gestor esportivo, um profissional competente para elaborar projetos de desenvolvimento, onde sejam retratados o empenho dos paratletas, as competições que as equipes poderão participar, os resultados obtidos, as vantagens que o patrocinador poderá obter e outros aspectos que promovam o time e o patrocinador em conjunto.

De acordo com Masteralexis, Nassif e Vance (2015) a gestão do esporte deve contemplar temas como políticas públicas, estratégia, liderança, marketing esportivo, gestão de patrocínios, venda de produtos esportivos, gestão de eventos, legados, empreendedorismo e entre outros.

Uma das alternativas para proporcionar a inclusão e permanência de patrocinadores e o crescimento do esporte é que haja um público que se envolva com as modalidades e com os paratletas nos mais diversos esportes. Nesse contexto, a

mídia tem o papel de contribuir para a expansão do esporte paralímpico, fazendo a divulgação, para que a sociedade possa acompanhá-lo e manter o interesse. A tarefa de divulgação do esporte para a massa é impossível para o paratleta sozinho.

Os paratletas precisam de profissionais responsáveis pelo processo de administração, gerindo o esporte, a comunicação e o marketing. Eles precisam de profissionais que saibam como funciona a lei de incentivo ao esporte. Tais profissionais terão condições técnicas de elaborar uma cartilha de governança, conforme Budacs (2018), que, dentre os princípios, explique, para os investidores, os benefícios que poderão obter em termos de redução de impostos, projeção da imagem e outros retornos ao investirem nos esportes paralímpicos.

Os dois paratletas do parabadminton entrevistados estavam se preparando para o torneio nacional de classificação para o campeonato mundial. O primeiro entrevistado foi um paratleta de Brasília, que relatou a falta de incentivo na modalidade, justificado pelo fato de ser nova e ter sido inserida recentemente para jogos de 2020 em Tóquio, alterada, em virtude do Covid-19, para Julho de 2021.

O paratleta entrevistado não recebe qualquer valor que torne o esporte o meio financiador da sua vida, porém é aposentado devido a um acidente de moto. Por isso, usa seu tempo para se tornar um paratleta de alto rendimento.

Esse paratleta deu boas referências sobre o Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFÉ), em Brasília, que realiza o trabalho de inclusão de pessoas com deficiência, para iniciarem a prática de algum esporte adaptado e com boa estrutura. O CETEFÉ fornece passagens para as competições e treinos fora do estado, como ocorreu no dia da entrevista para este estudo.

É possível verificar, no site do CETEFÉ (2020), que existe uma estrutura que incentiva os paratletas a buscarem resultados expressivos com a sua assistência, pois a entidade é formada por órgãos administrativos estruturados, revelando o suporte a ser propiciado aos paratletas para seu aperfeiçoamento, e na busca de recursos financeiros, para que os atletas se concentrem unicamente na prática do esporte.

A segunda paratleta entrevistada, pratica o parabadminton atualmente e também praticou a modalidade de basquete em cadeira de rodas. Os recursos financeiros que dispõe são provenientes das aulas que ministra na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Essa paratleta mencionou que grande parte da sociedade não acredita nas PcD e, por isso, não buscam conhecer mais sobre as modalidades paralímpicas, dificultando, assim, a disseminação da informação da existência das modalidades.

A paratleta disse que a burocracia impede o investimento de mais empresas no esporte, tornando a propagação do paradesporto dependente da transmissão boca a boca. Os valores captados nesse processo são obtidos pelas doações recebidas. Outro fator mencionado é que os demais estados brasileiros ainda estão muito aquém do que o CPB faz em São Paulo. Por exemplo, no estado da paratleta, Sergipe, existe um único local para uma iniciação do esporte adaptado, localizado na UFS.

As entrevistas realizadas permitiram compreender que a busca pela evolução do esporte paralímpico no Brasil passa por duas vertentes: 1) enxergar as PcD como indivíduos que devem ser inseridos no cotidiano do mundo, conforme estabelece a Declaração de Viena em 1993: as pessoas portadoras de deficiência estão em pé de igualdade com as consideradas “normais”, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, como citado por Nogueira, (2017, p.71); 2) permitir oportunidades de inclusão das PcD não somente no esporte, mas também em outros campos da sociedade, pois esse é o intuito do esporte adaptado desde o início.

## 5. CONCLUSÃO

Com base no estudo realizado, pode ser evidenciado que a evolução do esporte paralímpico brasileiro vem ocorrendo ainda de forma muito discreta e que a vinda dos jogos para o Brasil contribuiu mais pelo lado social do que esportiva.

Faltam recursos de disseminação dos esportes paralímpicos em todo o país, atestado nas entrevistas realizadas. Muito pode ser feito pela mídia brasileira para mostrar à sociedade que as PcD são competentes para grandes feitos no esporte. Com a mídia mais presente, a gestão dos recursos será imprescindível, devendo o país proporcionar a especialização dos gestores esportivos, médicos, treinadores e demais profissionais, de modo a não fazer do paradesporto um campo de voluntariado, mas um campo profissionalizado, com profissionais comprometidos com esporte paralímpico e capazes de obter grandes resultados, tornando o país uma referência mundial, pois ele tem potencial para isso.

Apesar do Brasil proporcionar a bolsa atleta, esse recurso chega para aqueles que possuem resultados significativos e, geralmente, são consagrados e em condições de treino e estrutura profissional para o esporte de alto rendimento. Porém, é necessário

montar uma base de renovação para novos paratletas aparecerem no cenário esportivo, com infraestrutura técnica e de gestão. Essa expansão poderá ser feita pela gestão do esporte, definindo estratégias desde a base, trazendo jovens para praticar esportes, socializando-os e, com o tempo, integrando-os no esporte de alto rendimento. Nesse percurso esses paratletas poderão ser preparados para o término de suas carreiras esportivas, de modo a permanecerem integrados na sociedade. Nesse momento, os paratletas poderiam ser qualificados profissionalmente em outras áreas, mediante convênios entre empresas e equipes, e, eventualmente, essas mesmas pessoas poderiam se tornar funcionárias dessas empresas, garantindo desse modo a independência financeira e a aposentadoria.

Vale considerar que o esporte paralímpico depende de uma cadeia de pessoas, que começa nos primeiros anos de educação infantil, educando as crianças para respeitarem e acreditarem no potencial das PcD. As PcD devem ser incentivadas a acreditarem e investirem em seus potenciais esportivos. Os governos devem abrir oportunidades para as PcD treinarem e incentivarem a redução de impostos para as empresas que fizerem parcerias com o esporte paralímpico. As organizações privadas devem apoiar a causa paralímpica mediante ações diversas.

Diante dos resultados apresentados, é possível concluir que este estudo, que visou identificar como o esporte paralímpico está sendo gerido atualmente no país, atingiu seu objetivo, uma vez que as pesquisas bibliográficas e entrevistas realizadas apontaram a precariedade da infraestrutura colocada à disposição dos atletas; a inexistência de pagamento de salário, bolsa ou ajuda de custo para suprir as necessidades pessoais dos atletas não consagrados; a ausência de gestor do esporte e treinador técnico; a inexistência de patrocinadores ou outras formas para captação de recursos financeiros; a indisponibilidade de meios de comunicação e divulgação do esporte paralímpico. Tais resultados confirmam a hipótese deste estudo: não há uma gestão organizada do esporte paralímpico brasileiro a não ser o que vem sendo desenvolvido no próprio Comitê Paralímpico Brasileiro.

Por fim, sugerimos que novos estudos sejam realizados, contemplando a implementação da gestão do esporte paralímpico no Brasil, de modo a garantir a sua evolução.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Budacs, W.Jr. A estrutura de governança corporativa com influência dos stakeholders no esporte brasileiro. Dissertação de Mestrado. Faculdades Metropolitanas Unidas. São Paulo, SP, Brasil, 2018.

Centro de Treinamento de Educação Física Especial CETEFE (2020). Quem Somos. Recuperado em 07 maio 2020, de <http://www.cetefe.org/quem-somos>.

Comitê Paralímpico Brasileiro. Institucional (2019). Institucional. Recuperado em 16 setembro, 2019, de <http://www.cpb.org.br/ocomite/institucional>.

Comitê Paralímpico Internacional (2019). History Of The Paralympic Movement. Recuperado em 22 agosto, 2019, de <https://www.paralympic.org/es/ipc/history>.

Constituição da República Federativa do Brasil 1988. (1988). Brasília. Recuperado em 20 janeiro 2020, de [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_217\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_217_.asp).

El Pais (2019). Brasil volta de Lima com a melhor campanha da história dos Jogos Parapan-Americanos: os brasileiros terminaram em primeiro lugar no quadro de medalhas do Parapan do Peru com 124 ouros e 308 medalhas no total, melhor marca de todos os tempos na competição. 20 set 2019. Recuperado em 20 de janeiro 2020, de [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/02/deportes/1567434487\\_850886.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/02/deportes/1567434487_850886.html)

Gaya, A.C.A.; Reppold Filho, A.R.; Haichi, M.De C.; Cardoso, V.D. Reflexões sobre a carreira do atleta paraolímpico brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, V. 21 (10), P. 2999 – 3006, 2016.

GloboEsporte.com. (2017). Lembre como foi: Rio foi para a escolha final por 2016 com a pior avaliação: Cidade passou para a reta final com notas piores que Doha, Madri, Chicago e Tóquio, mas acabou sendo escolhida para a primeira Olimpíada na América do Sul. Recuperado em 16 fevereiro, 2020, de

[www.globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/lembre-como-foi-rio-foi-para-a-escolha-final-por-2016-com-a-pior-avaliacao.ghtml](http://www.globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/lembre-como-foi-rio-foi-para-a-escolha-final-por-2016-com-a-pior-avaliacao.ghtml).

Gutierrez, G.L.; Almeida, M.A.B; Menezes, R.P.; Marques, R.F.R. Mídia e o movimento paralímpico no Brasil: Relações sob o ponto de vista de dirigentes do Comitê Paralímpico Brasileiro. *Revista Bras. Educ. Fís. Esporte*, V. 27 (10), 583 – 596, 2013.

Gutierrez, G.L.; Marques, R.F.R. O esporte paralímpico no Brasil. Profissionalismo, administração e classificação de atletas. São Paulo: Phorte, 2014.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência - Censo Demográfico - Censo 2010. Recuperado em 26 agosto, 2019, de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>.

Lima, W.A.; Melo Neto, F.P. De (2013). O despertar do esporte como negócio. *EFDeportes.com, Revista Digital*, V. 18 (181), 1, 2013.

Lei n. 11.438, de 29 de dezembro de 2006 (2006). Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em: 18 novembro, 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438.htm).

Masteralexis, L. P., Nassif, V. M. J., Vance, P. de S. *Gestão do esporte: casos brasileiros e internacionais*. São Paulo: LTC Grupo GEN, 2015.

Medeiros, F. (2017). Comissão do Esporte debate o esporte paraolímpico. Recuperado em 22 agosto, 2019, de <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cespo/noticias/comissao-do-esporte-debate-o-esporte-paraolimpico>.

Nogueira, C. Esporte paralímpico: Tornar possível o impossível. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

Pereira, G. G. (2015). Paramídia: a cobertura das Paralímpiadas na TV Aberta. (Relatório Técnico/2015), Florianópolis, SC, Centro de Comunicação e Expressão CCE, Departamento de Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina UFSC.

Rede Nacional do Esporte (2016). Lei de Incentivo. R\$ 1,87 bilhão investidos no esporte brasileiro em todos os níveis. Recuperado em 16 fevereiro, 2020, de [www.rededoesporte.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-de-incentivo-ao-esporte](http://www.rededoesporte.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-de-incentivo-ao-esporte).

Reis, R.E. Políticas públicas para o esporte Paralímpico brasileiro. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil, 2014.

Rocha, C.M.; Bastos, F. Da C. Gestão do Esporte: definindo a área. Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte, 25 (N. esp.), 91 – 103, 2011.